

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL**  
**SECRETARIA EXECUTIVA**  
**DEPARTAMENTO DE GESTÃO INTERNA**  
**COORDENAÇÃO GERAL DE SUPORTE LOGÍSTICO**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 73/2016**

**PREGÃO SRP Nº 18/2016**

**PROCESSO Nº 59235.000034/2016-69**

**VALIDADE: 12 MESES**

Aos 18 dias do mês de janeiro do ano de dois mil e 17, na Coordenação Geral de Suporte Logístico do Departamento de Gestão Interna do Ministério da Integração Nacional, localizada no SGAN 906, Módulo F, Bloco A, Sala p22, Asa Norte, em Brasília- DF, a **UNIÃO**, entidade de direito público interno, por intermédio do **MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI**, inscrito no CNPJ nº 03.353.358/000196, neste Ato representado pelo Senhor **REYNALDO ABEN ATHAR**, Diretor do Departamento de Gestão Interna, portador da Carteira de Identidade nº 384.155 SSP/DF, inscrito no CPF nº 144.310.091-91, nomeado pelo Decreto Presidencial de nº 809, de 24 de maio de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 25 de maio de 2016, residente e domiciliado nesta Capital e por meio do **GERENTE DO REGISTRO DE PREÇOS** o Senhor **IGOR BOTELHO PINHEIRO** (Analista de sistemas), portador da Carteira de Identidade nº 11.364.464 SSP/MG, inscrito no CPF nº 041.535.466-82, residente e domiciliado nesta Capital e a Empresa **INOVAMAX TELEINFORMÁTICA LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 07.055.987/0001-90, doravante denominada **ADJUDICATÁRIO**, com sede na Rua Alcino Guanabara, nº 1570, Curitiba – PR, representada neste ato pelo(a) Senhor(a) **BRUNA CARVALHO**, portador(a) da Carteira de Identidade nº 8.447.787-6 /PR, inscrita no CPF nº 047.113.379-54, nos termos do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, que regulamenta a modalidade do Pregão Eletrônico, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, publicada no D.O.U. de 18 de julho de 2002 e os Decretos nºs. 3.555, de 08 de agosto de 2000, publicado no D.O.U. de 09 de agosto de 2000 e suas alterações, 7.892, de 23 de janeiro de 2013, publicado no DOU da mesma data, aplicando-se, subsidiariamente, as normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Instrução Normativa nº 02/2008, e suas alterações, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, as legislações correlatas e demais exigências previstas no Edital e seus Anexos, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão de Registro de Preços nº 18/2016-MI e da decisão exarada pela Autoridade Competente do MI, homologada doc. nº 0421114 do Processo nº 59235.000034/2016-69, **RESOLVE** registrar o preço para aquisição eventual e futura para o Ministério da Integração Nacional, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para aquisição de material de uso duradouro (natureza permanente), conforme condições, quantidades e especificações estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência e anexos, do Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 18/2016-MI, na unidade e na quantidade solicitada em cada pedido de fornecimento.

1.2. O Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 18/2016 e a Ata de Cadastro Reserva são partes integrantes desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS QUANTIDADES**

2.1. Os quantitativos previstos no Termo de Referência são apenas expectativa máxima estimada para o período de validade da Ata de Registro de Preços, reservando-se ao Ministério da Integração Nacional o direito de adquirir o quantitativo que julgar necessário, podendo ser parcial, integral ou mesmo abster-se de adquirir os produtos e serviços.

2.2. A empresa detentora da Ata de Registro de Preços terá prazo máximo estipulado na Ordem de Fornecimento de Bens, para a entrega dos bens ou execução dos serviços solicitados. Caso a empresa não cumpra o prazo estipulado, sofrerá sanções previstas na Lei nº 8.666/93, no Temo de Referência e Edital.

2.3. O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados pelo Ministério durante a validade da Ata de Registro de Preços.

## **3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

Fornecedor: INOVAMAX TELEINFORMÁTICA LTDA– 07.055.987/0001-90

(41) 3018-9563

Item	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Valor Unitário
17	HD Externo	Seagate	Expansion 1TB 2.5”	Un	20	R\$ 289,00 (duzentos e oitenta e nove reais)

## **4. CLÁUSULA QUARTA – DA VALIDADE DOS PREÇOS**

4.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contada a partir da data de sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

4.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Ministério da Integração Nacional – MI, não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência de fornecimento em igualdade de condições.

4.3. O compromisso do fornecimento somente estará caracterizado mediante a emissão de Nota de Empenho decorrente da Ata de Registro de Preços.

4.4. O(s) fornecedor(es) registrado(s) fica(m) obrigado(s) a atender todos os pedidos durante a vigência da Ata de Registro de Preços e a observar rigorosamente os prazos de entrega estabelecidos na Ordem de Fornecimento de Bens, sob pena de aplicação das sanções previstas no Termo de Referência e na legislação.

4.5. As quantidades previstas neste Termo de Referência são estimativas para o período de validade da Ata de Registro de Preços, reservando-se o Ministério da Integração Nacional o direito de adquirir em cada item o quantitativo que julgar necessário, podendo ser parcial, integral ou mesmo abster-se em adquirir algum dos itens especificados e licitados.

## **5. CLÁUSULA QUINTA DO ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA**

5.1. O Ministério da Integração Nacional será o órgão responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços e indicará, sempre que solicitado pelos órgãos usuários, os fornecedores para os quais serão emitidos os pedidos, respeitando-se a ordem de registro e os quantitativos a serem adquiridos.

5.2. Após a autorização do Ministério da Integração Nacional, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, podendo ser autorizado, excepcionalmente e justificadamente, a prorrogação do prazo, observado o prazo de vigência da ata, quando solicitado pelo órgão não participante.

## **6. CLÁUSULA SEXTA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADE NÃO PARTICIPANTE**

6.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

6.1.1. As adesões às Atas de Registro de Preços de que trata o item anterior, quando solicitadas pelos órgãos ou entidades integrantes da Administração Pública e autorizadas pelo órgão gerenciador da Ata, não poderão ultrapassar o limite de 100% (cem por cento) do quantitativo dos itens licitados.

6.2. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem, conforme dita o artigo 22, parágrafo 4º do Decreto nº 7.892/2013;

6.3. Caberá ao detento da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento do material, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas;

6.4. Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados, consoante contação da legislação vigente.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA REVISÃO E CANCELAMENTO**

7.1. Durante a vigência da Ata, o preço registrado será fixo e irrevogável, exceto nas hipóteses previstas nos arts. 17 e seguintes do Decreto nº 7.892/2013.

7.2. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, a fim de verificar a vantagem dos preços registrados nesta Ata.

7.3. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover negociações junto ao(s) fornecedor(es).

7.4. Caso o preço praticado se torne superior ao preço registrado, não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

7.5. Quando o preço praticado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.







9.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

9.4. Fica eleito o foro de Brasília-DF para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

9.5. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 8.666/1993, suas alterações, e demais normas aplicáveis, em especial, as referentes ao Sistema de Registro de Preços.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes,

  
\_\_\_\_\_  
Diretor do Departamento de Gestão Interna

*Reinaldo Aben-Athar*  
Departamento de Gestão Interna  
Diretor  
Portaria nº 809 de 25/05/2016

*Igor Botelho Pinheiro*  
Chefe do Serviço de Patrimônio e  
Almoxarifado, substituto  
Portaria nº 164, 17/06/2016  
MI/SECEX/DG/CGSL/COAM/SEPA

\_\_\_\_\_  
Gerente do Registro de Preços

*Bruna Carvalho*  
\_\_\_\_\_

Representante da Empresa